



Recebido em 25/05/2020

Aceito em 20/06/2020

DOI: 10.26512/emtempos.v1i36.31772

DOSSIÊ

Mulheres escravizadas e relacionamentos afetivos: pensando projetos amorosos e as masculinidades negras a partir da interseccionalidade (Cachoeira do Sul, século XIX)¹

Enslaved women and affective relationships:
thinking love projects and black masculinities from
Intersectionality (Cachoeira do Sul, 19th century)

Marina Camilo Haack

Doutoranda em História Social na USP

marina_haack@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo problematizar um tema ainda pouco debatido dentro dos estudos de escravidão, que são os relacionamentos afetivos entre escravizados, com um olhar para a construção das masculinidades. Buscamos entender quais os significados e ajustamentos destes relacionamentos, sobretudo para as mulheres, e como se davam estas relações entre pessoas que dividiam a mesma condição jurídica e de raça, mas não de gênero. Além disso, buscamos problematizar as masculinidades negras forjadas dentro de um sistema marcado pela raça, gênero e condição jurídica, agregando autoras, como bell hooks, que sinalizam a importância de pensar novas formas de viver e expressar a masculinidade. Neste artigo, serão apontados aspectos de uma masculinidade atravessada por diversas violências intrínsecas ao patriarcado, mas que, de forma alguma, significa que pessoas que viveram sob a escravidão não desenvolveram formas de relacionamento calcadas no amor e no respeito.

PALAVRAS-CHAVE: Relacionamentos entre homens e mulheres escravizados. Masculinidades negras. Interseccionalidade.

ABSTRACT: The target of the present paper is to problematize an overlooked subject within the studies of slavery, which are the affective relationships between slaves, with a look at the construction of masculinities. We sought to understand the meanings and adjustments of these relationships, especially for women, and how these relationships took place between

¹ Este artigo faz parte de ideias presentes no terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado, desenvolvida com financiamento CAPES e sob orientação do professor Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, com o título “Sobre silhuetas negras: Experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850 – 1888). (HAACK, 2019). Agradeço à professora Fernanda Oliveira e ao professor Rodrigo Weimer que avaliaram uma versão preliminar do que aqui se apresenta, no II CI EHILA Unisinos, e deram sugestões valiosas.

people who shared the same legal status and race, but not of gender. In addition, we seek to problematize black masculinities forged within a system marked by race, gender and legal status, adding authors, such as bell hooks, that signal the importance of thinking about new ways of living and expressing masculinity. In this article, aspects of a masculinity crossed by several ways of violence intrinsic to patriarchy will be pointed out, but that in no way means that people who lived under slavery did not develop forms of relationship based on love and respect.

KEYWORDS: Relationships between enslaved men and women. Black masculinities. Intersectionality.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a gama de pesquisas que nos últimos anos vem evidenciado as distintas vivências que mulheres escravizadas tiveram sob a escravidão. Durante muito tempo as experiências de pessoas escravizados foram homogeneizadas unicamente a partir de sua condição (MACHADO, 2018). As experiências de mulheres escravizadas precisam ser compreendidas a partir do contexto violento de apropriação de corpos e exploração a que estavam expostas no sistema escravista, agregando as diversas formas de resistências construídas, sobretudo, coletivamente. Atravessadas pela raça, gênero e condição jurídica, da experiência com o mundo do trabalho à vivência da maternidade, aos espaços que circulava e as pessoas com as quais se relacionavam, estas trabalhadoras estavam à margem da construção da “mulher ideal” de fins do século XIX (CARULA, 2016; XAVIER, 2012). Em uma sociedade cuja raça fazia parte das estruturas hierárquicas, mulheres escravizadas eram vistas com desconfiança no pensamento da elite branca, principalmente nos anos finais de escravidão. Sobre isto, Maribel Arrelucea Barrantes, em seu estudo sobre as mulheres escravizadas limenhas, diz que (2016, p. 69):

En la sociedad limeña, las mujeres en general eran señaladas como criaturas necesitadas de tutelaje por su supuesto escaso entendimiento y autocontrol, prejuicios de género que se exacerbaban en el caso de las africanas y sus descendientes. Debido al sistema esclavista mismo, estas mujeres realizaban trabajos que demandaban esfuerzo físico, casi siempre en contacto con la suciedad, como matar y despellejar animales, moler y preparar alimentos, también manejaban cuchillos y otros instrumentos punzocortantes, siendo percibidas como violentas.

Além dos serviços de quitandas e vendas que colocavam mulheres africanas e suas descendentes diretamente nas ruas, em ofícios “considerados de baixa estima social porque tenían que ver com esfuerzo físico, suciedad y exposición pública” também eram percebidas “como ‘contaminadas’ y sin tutela masculina”. Para a autora, essa ligação é importante, pois a relação da mulher com a rua, somada à violência e o descontrole naturalmente atribuído aos escravizados, fazia com que a mulher escravizada fosse vista naturalmente como sem honra. Como assinalou Marcus J. M. de Carvalho (2003, p. 47) “No espaço público, a pessoa estava exposta ao risco de roubo, assédio sexual, algazaras e tudo que em nada convinha às noções de honra oitocentistas”. Contudo, Barrantes ressalta que essa “liberdade” dos padrões femininos e brancos permitia uma maior movimentação destas mulheres em diversos cenários e campos da vida cotidiana (2016, p. 70-71):

En contrapartida, las africanas y sus descendientes ganaban libertad personal al desplazarse por los espacios públicos, compitiendo laboralmente con otros hombres, comiendo, fumando y tomando licor con amigos y desconocidos en las chinganas y picanterías. Estas condiciones les permitieron establecer vínculos amorosos y sexuales con menores restricciones que las mujeres de elite. Ellas no estaban sometidas a las rígidas normas que controlaban la conducta pública de una mujer honorable como la vestimenta, el control corporal, el tono de voz, entre otros. Esta situación generó una correlación inversa entre la libertad personal y el honor: a mayor independencia en el espacio público, menor honor; mientras que a menor libertad personal mayor honor. Así, el menor grado de sujeción de muchas africanas y sus descendientes afectó su estatus pero les permitió una mayor independencia frente al control masculino; mientras que las mujeres de élite, sujetas a mayor control personal, gozaban de mayor honor **ante los ojos de los demás**. [Grifos nossos]

Lembramos, contudo, que os estereótipos associados as mulheres negras as colocavam em situações de vulnerabilidade, como por exemplo, nos abusos sexuais perpetrados pela família senhorial e pela limitação no exercício da maternidade, já que eram corpos que pertenciam a outros, desde sua capacidade reprodutiva, incluindo a exploração da sexualidade, através do estupro e da apropriação de seus filhos.² Ainda assim, na experiência cotidiana o contato com a rua possibilitou tanto firmar parcerias, laços de amizade e solidariedades que ultrapassavam os limites da propriedade, quanto ter parceiros afetivos, sexuais e desenvolver relações mais “simétricas”, para utilizar uma expressão de Chalhoub (2012).³ Também é necessário lembrar que ainda conforme Marcus J. M. de Carvalho (2003) mulheres livres e pobres empreenderam formas de lidar com as amarras de conduta do patriarcado, alargando seus espaços de atuação política e econômica.

Os homens escravizados, por sua vez, tinham estereótipos de masculinidade igualmente deturcados por conta de uma visão racista, como, por exemplo, a hiperssexualização.⁴ Segundo Daniel dos Santos (2014, p. 10) os estereótipos criados

² Não será possível abordar a extensa e densa discussão sobre a exploração reprodutiva e produtiva que pesava sobre mulheres escravizadas, contudo, cabe salientar que a escravidão, sua manutenção e desmonte estiveram intimamente ligados com o gênero, por meio do ventre da mulher escravizada. Ver: MACHADO, 2010, 2012, 2018; TELLES, 2019; ARIZA, 2017; HAACK, 2019; SANTOS, 2019; SOUSA, 2019; LIVESEY, 2017; WEST, SHEARER, 2017.

³ Estamos aqui refletindo sobre as possibilidades e amarras que a visão sobre as mulheres negras podiam gerar. Se por vezes estes estereótipos davam margem para mobilidade urbana e no gerenciamento de seus relacionamentos, por vezes podiam as expor a situações de violência. Frisamos, ainda, que, de maneira alguma, estes estereótipos implicam na forma como olhavam para si próprias e, sim tratava-se, de uma percepção externa, sobretudo externa à própria comunidade negra. Como exemplo, temos o caso abordado por Ludmila de Souza Maia ao refletir sobre a literatura produzida pela escritora francesa Adèle Toussaint sobre a escravidão no Brasil, em especial das mulheres, coloca a surpresa da autora em evidenciar as dores do parto pelas quais as mulheres negras passavam. Assim, o espanto “reforça um estereótipo que distanciava mulheres brancas das negras, ou livres das escravizadas, pois, para a autora, estas deveriam sofrer menos por estarem habituadas aos maus tratos de sua condição” (2017, p. 22).

⁴ Além da hiperssexualização, estes homens podiam ser representados como instáveis e violentos, conforme Martha Santos (2016) as várias revoltas de escravizados do século XIX, em sua maioria liderados por homens, criou nos senhores e “intelectuais” da época um medo em relação aos homens

pelos colonizadores, entendidos como “rótulos” que visavam demarcar espaços sociais reproduzindo as relações de poder, ressaltavam o “negro hipererótico, lascivo, libidinoso e ‘bom de cama’”. Desta forma, afastavam estes homens dos padrões dos ditos homens “civilizados”, que em geral eram brancos e pertencentes a classe abastada. Esta rotulagem racista “rebaixou e inferiorizou o homem negro a uma anatomia e corporeidade zoomórfica, na qual suas utilizações estariam limitadas ao trabalho forçado e à procriação animal, tal qual o boi, ser irracional, comparado quase sem nenhuma distinção significativa ao homem negro”. Homens e mulheres escravizados, dentro desta perspectiva racista, foram percebidos como pessoas violentas e naturalmente inclinados pra uma sexualidade exacerbada, foram afastados de estereótipos de masculinidade e feminilidade brancos e mesmo de uma ideia de honra. É importante ter estes aspectos em mente antes de iniciarmos nossa investigação, pois estes estereótipos podem aparecer em alguns momentos nos discursos das fontes, mas se contrapõem completamente das realidades encontradas. O que podemos afirmar, com certeza, é que entender as masculinidades dentro da escravidão continua sendo um grande desafio.

A fonte utilizada para perceber os relacionamentos afetivos neste texto serão os processos criminais, por isso, faz-se necessário algumas considerações antes de iniciarmos nossa análise no que tange ao direcionamento de nossas perguntas. Devemos levar em consideração que tais fontes são produtos de relacionamentos que, em geral, não terminaram bem, portanto a que se destacar que o caráter violento que pode advir de ações, depoimentos e testemunhos foram desencadeados por algum tipo de quebra daquela relação, que pretendemos entender também como aconteceu. Contudo, é necessário um olhar atento para não ficarmos presos no aspecto da violência, pois muitos escravizados desenvolveram relacionamentos estáveis sem “quebras de acordos” e limites que julgavam adequados para suas relações. Em outras palavras, apesar de utilizarmos fontes resultantes de atos violentos, não concordamos com a ideia de que os relacionamentos entre escravizados eram sempre compostos por traços de violência. Estes crimes são documentos importantes para questionar como as masculinidades negras podiam ser formadas em um contexto marcado pela escravidão e pelo patriarcado. Reforçamos que, os relacionamentos entre escravizados eram plurais em sua forma de ser, de amar e de cuidar, apesar do contexto violento, e que o foco deste texto não pode, de maneira nenhuma, ser generalizado, mas sim representa um caminho de interpretações para abordar aspectos da formação dessa masculinidade entre pessoas escravizadas. Assim, compreender a dinâmica das relações afetivas a partir de fontes formadas após atos de violência é um desafio que pretendemos mergulhar.⁵

escravizados e seu “natural espírito rebelde”, colocando sobre as mulheres escravizadas a capacidade de acalmar sexualmente os companheiros, e através da formação de famílias, evitar o espírito rebelde daqueles homens. O debate destes homens na época certamente estavam ligados a representação do protagonismo masculino, na prática pode ser que as mulheres escravizadas é que estivessem no centro dessas ações rebeldes, incentivando e formulando estratégias de revolta.

⁵ Os processos criminais são fontes amplamente utilizadas nas pesquisas de escravidão, desde, pelo menos, os anos 1980. Tais documentos permitem acessar aspectos da vida de pessoas que deixaram poucos vestígios, como foram as pessoas escravizadas, perceber nas entrelinhas aspectos relativos a suas motivações, desejos, sentimentos e organizações comunitárias. Há que se destacar que os processos criminais hoje acessados pelos historiadores tem em seu conteúdo um filtro, o do escrivão, que precisa ser

Apoiados na epistemologia do feminismo negro e suas ferramentas teóricas, iremos pensar as masculinidades negras, e os relacionamentos sexo-afetivos, a partir da interseccionalidade. Entendemos que estas masculinidades devem ser percebidas de forma relacional e mutável, sobretudo por considerarmos que tais experiências de homens e mulheres negros precisam ser pensados no contexto diaspórico atlântico – este último ponto, um desafio profundo para pesquisas futuras. Embora os estereótipos pudessem ser manejados, bem como os discurso de uma feminilidade que se buscava ideal, o que percebemos na realidade são feminilidades no plural, formas e expressões distintas ligadas ao “ser” mulher e que eram construídas de forma relacional e contextual. Assim, é necessário também refletir sobre o que era a masculinidade, como podia ser manejada e como agia. Conforme Connell e Messerschmidt (2013, p. 259) “A masculinidade é definida como uma configuração de práticas organizadas em relação à estrutura das relações de gênero. A prática social humana cria relações de gênero na história”. Ou seja, comportamentos e atributos de ser homem em determinado contexto a partir de uma concepção histórica do gênero, e que precisa ser problematizada pensando marcadores de raça e classe/condição. Conforme elucida o sociólogo norte-americano Michael Kimmel, sobre o uso de masculinidades, no plural, o qual adotamos (1998, p. 106):

Assim, os significados de masculinidade variam de cultura a cultura, variam em diferentes períodos históricos, variam entre homens em meio a uma só cultura e variam no curso de uma vida. Isto significa que não podemos falar de masculinidade como se fosse uma essência constante e universal, mas sim como um conjunto de significados e comportamentos fluidos e em constante mudança. Neste sentido, devemos falar de masculinidades, reconhecendo as diferentes definições de hombridade que construímos. Ao usar o termo no plural, nós reconhecemos que masculinidade significa diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos.

Algumas das perguntas que nos movem na escrita e análise deste texto são: Será que dentro de uma lógica patriarcal, homens negros podiam angariar benefícios de uma estrutura sexista? Ou sua condição como escravizado o *emasculava* e o tornava sujeito às mesmas estruturas de dominação e violência que mulheres escravizadas? Quais os limites que estas relações podiam ter para os indivíduos envolvidos? Quais eram as possibilidades e expectativas nestes relacionamentos?

Além de buscar por estas masculinidades negras, queremos entender como mulheres escravizadas podiam manejar estereótipos, pleitear discursos e disputar o gerenciamento e a autonomia (mesmo que relativa) de suas vidas nas experiências laborais, familiares e afetivas. Buscamos tentar compreender como os mecanismos de controle social, e seus representantes, viam as mulheres negras e como dentro destas estruturas de dominação as agências femininas podiam se manifestar nas lutas cotidianas. Mas, sobretudo, buscamos compreender como estas mulheres viam a si

levado em consideração no momento da análise. Além disto, pessoas escravizadas em tribunais estavam colocadas em um ambiente opressor sob o olhar e julgamento de sujeitos brancos, quase sempre incapazes de compreender seus argumentos e motivações, e desta forma advém as estratégias de uso das retóricas que faziam sentido para o mundo branco, naquele que era um embate desigual de forças, em busca de fazer valer suas motivações. Ver: GRINBERG, 2009.

próprias, percebendo suas expectativas nos relacionamentos afetivos nos quais se envolviam.

“Em razão de ter outra pessoa que mais lhe merecia os seus afetos”: relacionamentos e afetividades

No dia 22 de dezembro de 1851 Inocência Maria Pacheco entregou uma petição de reclamação ao delegado municipal de Cachoeira do Sul.⁶ Nesta queixa, Dona Inocência relatou que fazia mais ou menos um ano que precisava manter a escravizada de nome Umbelina dentro dos limites de sua residência, privando-a de realizar os serviços da rua, e mesmo os da casa. O motivo era, segundo a queixosa, que o preto⁷ João, escravizado pelo padre Antônio Homem de Oliveira, perseguia Umbelina na rua, esperava-a em diversos lugares, chegando ao ponto de invadir o pátio de sua senhora com a finalidade de agredi-la. O intento do preto fora consumado dia 19 do mesmo mês, em frente à casa de um homem chamado Carlos da Costa Loureiro, popularmente conhecido como “Carlos Marceneiro”. Inocência havia pedido que Umbelina fosse buscar um barril de água “na fonte dentro da Chácara de Joaquim Gomes de Carvalho”, e relatou que “não obstante serem onze horas do dia, e tão público o lugar, foi a preta agredida pelo mencionado preto”. Dentro da loja encontravam-se os trabalhadores Antônio Soares Leões e Paulino Róis de Moraes, este último, com 13 anos, aprendia o ofício de marceneiro no local, e encontrava-se destilando uma cachaça no momento da confusão, lamentando não poder abandonar de imediato a atividade, curioso em checar a confusão, caso contrário poderia “desandar” a mistura. João dera um “bofetão” em Umbelina, que caiu no chão atordoada, e logo evadiu-se do local. O ato, contudo, foi a gota d’água para a senhora, já farta de não poder explorar os serviços de Umbelina como gostaria, e sem contar com a capacidade do padre, senhor de João, em controlar os passos do escravizado, pediu por providências.

O boato de que o preto queria matar Umbelina havia se espalhado, assim como a notícia da bofetada. Uma das testemunhas, Policiana Gomes de Escobar, informou que no arroio onde lavava roupas ouvira as pretas lavadeiras dizendo terem avisado Umbelina que não fosse a lavagem, pois João a esperava ali para matá-la, a própria testemunha “mesmo vira o sobredito preto deitado junto a umas unhas de gato que tem próximo a lavagem”. Outra testemunha de nome Doroteia Maria da Conceição disse que ouvira “umas pretas” que estavam na lavagem dizer que o preto João haveria de matar Umbelina mesmo que pra isso fosse à força. A lavagem de roupas aparece como um espaço de trabalho e sociabilidade de mulheres, um local de contar causos, atualizar-se das contendas, mas também de solidariedade, de modo que Umbelina contou com o aviso e proteção das companheiras em relação a sua segurança. Mas o que levou João a tão decididamente empenhar-se em matar Umbelina? Algumas testemunhas se referiam a uma antiga “amizade ilícita” que ambos nutriam, mas o primeiro a nos dar pistas mais contundentes sobre o caso foi Antônio Bezerra do Amorim, que em torno de 8 meses antes disse ter visto:

⁶ APERS. Processo crime N 2967, M 3, E 56. 1851.

⁷ Marcadores de cor como preto(a), pardo(a), negro(a), mulato(a), china, entre outros, são relativos às fontes que utilizamos, por este motivo iremos manter as designações.

A preta Umbelina, indo para essa fonte com um barril em que pretendia trazer água, lhe saíra ao encontro o indiciado que principiando descompô-la por motivos ao que pode perceber de amizade ilícita que haviam tido, e **que a preta se recusava a continuar em razão de ter outra pessoa que mais lhe merecia os seus afetos**, conforme declarou ao mesmo indiciado, [e] foi por este respondido que se ela não quisesse continuar a sua amizade, anuindo ao que ele lhe dizia, que se havia de vingar dela ainda [mesmo] que depois tivesse de ir à força. [Grifos nossos]

A testemunha ainda diz que tentou conversar com o senhor e o dito preto para que este deixasse Umbelina em paz, mas que o indiciado continuou a seguir e insultar Umbelina pelas ruas, e que diversas vezes, saindo para buscar água, voltava a mesma com o barril vazio para casa, com medo de João. Aparentemente, o réu ainda presenteara Umbelina após este fato, procurando provavelmente restabelecer aquele relacionamento que havia perdido a consensualidade, ao que ela rejeitou os presentes, alegando que eram objetos furtados. Adiante no processo, descobrimos que Antônio Bezerra era um forro e também o novo pretendente de Umbelina, chama atenção que ele próprio coloca no testemunho que a preta havia encontrado outra pessoa “que merecia mais os seus afetos”, indicando que talvez João fosse um parceiro que não correspondia as expectativas de Umbelina e do que se esperava de um parceiro.

A versão de João, por outro lado, apresenta um motivo um tanto diferente. Segundo o que ele contou no interrogatório, deu a bofetada em Umbelina, “não por meu gosto mas porque dará (sic) a ela meu dinheiro e ela juntava-se com outro”. Neste momento aparece, além do fato de ter sido rejeitado por Umbelina, que ela estava com o dinheiro de João; provavelmente nessa “amizade ilícita antiga” de ambos, haviam planos de liberdade ou casamento, de habitarem juntos ou formar algum tipo de pecúlio para a vida conjunta. Umbelina, como responsável por guardar o valor, na versão do amásio abandonado, teria furtado os pecúlios do dito preto, *provocando* a sua vingança, através da perseguição e da violência física. Há que se considerar que talvez este argumento seja um engodo do réu, que na tentativa de justificar a perseguição, invocou um argumento retórico que sensibilizasse os agentes brancos do julgamento. Já o defensor de João, Ludovico Martins Pinto, que apelou das penas que foram comutadas ao fim do processo, percebe a agressão feita a Umbelina como legítima em se tratando de um casal. Segundo ele, o “tapa”, conforme ele chama o bofetão (elemento discursivo que atenua a violência, mascarando-a com um matiz de algo delicado e de efeitos mais afetivo-pedagógicos do que agressivos), foi um excesso cometido, mas justificava-se por ter Umbelina abandonado João, além disso, mesmo que ele a ameaçasse e lhe dissesse alguma palavra “menos bem pensadas” e atacando a preta Umbelina:

[...] nada havia que estranhar, digo, que estranhar, nem podia isso ser concedido como um crime, visto ter ele de [ilegível] amizade ilícita com a dita Preta, que lhe dava direito de ameaçá-la com o fim único de inibir que ela prodigalizasse os seus favores a outrem e nunca com o fim direto de lhe fazer mal, pois se fosse isto que seu cliente quisesse matá-la, como disse as testemunhas, que para isso esperou em diversos lugares, não era crível o que o deixasse de ter feito encontrando-se com ela muitas vezes e ainda mesmo na ocasião que lhe dera o tapa, como se acha provado destes autos.

Logo, João tinha direito de ameaçar física e verbalmente a mulher com quem se relacionava, pois “se tratando de um casal”, João apenas queria proteger sua honra, evitando que Umbelina mantivesse relações com outros, ou nas palavras do defensor “prodigalizasse os seus favores”. Dificilmente um defensor de meados da década de 1850 fosse se referir a honra de um homem escravizado em vista de justificar uma agressão. Contudo, por outras palavras, Ludovico deixa subentendido que por meio da força física (ou superioridade de sexo, como costumavam chamar) e, sendo ele um homem cujo controle daquele relacionamento consensual (ou ilegítimo) era esperado, não era estranhamento algum, caso fosse necessário, aplicar a força como medida de controle da sexualidade de Umbelina. Nessa passagem a preocupação com o controle da sexualidade se acentua, contudo, a utilização da força como meio de domínio sobre a parceira poderia abranger diversos campos da vida social e mesmo financeira. O dinheiro embora apareça na narrativa, fica sem maiores explicações sobre, por exemplo, seu paradeiro, se fora mesmo furtado e mesmo se de fato ele existia. Percebemos que a (subentendida) honra neste discurso vem para combater a imagem de homem violento, que era esperado de João, ele não agira de forma violenta, mas impensada, com o único fim de defender seu papel masculino através da fidelidade da parceira. A honra do homem, aliás, dependia da fidelidade feminina, cabendo-lhe a função de controlar os comportamentos da sua companheira, assegurando o monopólio de suas ações afetivo-sexuais.⁸

A não absolvição de João pode evidenciar uma negativa sobre a incorporação destes elementos de masculinidade facilmente acionados por homens brancos, mas não para escravizados. Contudo, a retórica do advogado surtiu certo efeito, pois da pena de 100 açoites, João recebeu uma diminuição para 20, mas ainda levando ferro ao pescoço por um mês. Este caso traz várias amarras interseccionais importantes, João e Umbelina, embora sujeitos de uma mesma condição jurídica, tinham percepções distintas sobre o que esperar e almejar de um relacionamento. Quando preterido por um forro João deve ter sentido que sua força física não era capaz de privar Umbelina, não por muito tempo talvez, de assumir o controle sobre sua vida afetiva e de almejar um companheiro que lhe fosse mais “digno de seus afetos”. Embora imbuído da vingança através da força física da qual tinha vantagem, e tendo como senhor um indivíduo que era irmão do padre (embora aparentemente fosse reconhecido na comunidade como escravizado do padre) e, portanto, com distinção na comunidade local, teve sua revanche findada. Carregar o ferro ao pescoço foi um desfecho diferente do que almejava, pois se preferia ir à forca do que ver a ex companheira viva, com seu dinheiro e com outro homem, por fim foi o símbolo de um embate que além de abranger a perspectiva senhorial incluía a de gênero representadas por Inocência e Umbelina contra João e o senhor Padre. Infelizmente, tal castigo foi aplicado nos termos de um tribunal branco e escravista, o que o expôs a uma pena de extrema violência corporal, deixando marcas para além do seu corpo físico.⁹

⁸ Como dito, provavelmente, no vocabulário senhorial, honra seria uma palavra inaplicável para pessoas escravizadas, mas não podemos negar que foi na honra, no “justificado” (numa perspectiva masculina da época) sentimento de traição e abandono, que João fora ferido quando preterido por um homem forro, e furtado de suas economias.

⁹ Dentre os argumentos do defensor do réu, ele ainda disse que as testemunhas inquiridas pela queixosa não tinham credibilidade, porque *negros* e *mulatos* falam na sessão do júri aquilo que lhes pedem e por medo. Houve, neste caso, a manipulação dos papéis sociais dos agentes envolvidos, sem deixar de lado o

Outro caso que demonstra a capacidade das mulheres em movimentarem-se em relacionamentos, conforme seus desejos e afetos, é a história de Angélica, que fora assassinada no dia 25 de abril de 1852, pelo parceiro Antônio.¹⁰ O ocorrido, segundo as testemunhas e o próprio réu, aconteceu da seguinte maneira: Antônio¹¹ seguia na noite do dia 25 para a olaria de seu senhor Bento Antônio de Oliveira, lá os trabalhadores, que eram o próprio senhor e alguns de seus filhos mais velhos, iriam dormir para continuar o serviço cedo no dia seguinte. Antônio havia deixado na casa de sua senhora a parceira Angélica, escravizada do mesmo Bento, com Benedito, escravizado por Teresa Maria de Jesus, com quem Angélica tinha uma “amizade”. Eis que Antônio resolve voltar a cozinha, já no intento de matar Benedito, embora tenha contradito esta versão em outro momento dizendo que voltou por ter esquecido sua ferramenta de trabalho e também arma do crime, um machado. Assim:

Chegando a casa, dirigiu-se a cozinha onde estava deitado o preto Benedito e a sua parceria Angélica, e supondo que o preto Benedito era o que estava deitado para o lado de fora descarregou-lhe com o machado que trazia, dois golpes, depois dos quais viu caída na cama em baixo a vítima [sic], que reconheceu ser sua parceira Angélica, e levantando-se ao mesmo tempo da cama o preto Benedito, ele interrogado lhe disse “matei a minha parceira, supondo que eras tu, mas por isso mesmo tu não me as de escapar”.

Benedito ficou bastante ferido mas conseguiu gritar por socorro para a senhora Maria Eulália de Souza, que ficou em casa com os filhos menores e tomando conta da propriedade enquanto o marido e demais trabalhadores estavam na olaria. Antônio fugiu, embora tenha sido preso mais tarde. Acontece que, após a confirmação da culpa, facilitada pela própria declaração do réu de ter sido ele o assassino, Antônio mudou sua versão dos fatos. Ele, então, passou a dizer que assumiu o crime sem o ter praticado pois seu senhor moço o impeliu a isso, dizendo que se não o fizesse “lhe cortariam a cabeça”. Antônio adota uma história que não se sustenta e parece muito confusa, de fato pode ter sido impelido a assumir um crime que não praticou, talvez a ideia de que lhe cortariam a cabeça fizesse mais sentido na mente de Antônio como uma punição por descumprir ordens senhoriais, do que a pena instituída pela justiça no caso do assassinato. As duas narrativas se misturam, e talvez percebendo que havia uma motivação para que o senhor frisasse tanto a necessidade de que Antônio assumisse o crime, ele se viu em uma enrascada, onde o próprio senhor e não a justiça era o agente de punição, conforme aprendera durante a vida como escravizado.

Vamos apresentar adiante os argumentos de Antônio sobre o interesse senhorial em lhe incriminar, pois retrata a forma como percebia a liberdade com a qual a parceira encarava seus relacionamentos afetivos, como a vivia e, como aqueles agentes podiam

preconceito racial, mas ressaltando uma retórica que buscava explicar o descumprimento em determinado momento dos papéis de gênero, para justificar as motivações de João. O defensor buscou no gênero, e não na raça, a explicação para o ato, e inclusive a retórica para atenuar as penas.

¹⁰ APERS. Processo crime N 2988; M 4; E 56.

¹¹ Antônio, filho natural de uma preta de nome Catarina, tinha 40 anos, pouco mais ou menos, solteiro, escravizado por Bento Antônio de Oliveira, natural não sabia ao certo de onde por ter nascido em viagem da costa da África para o Brasil, tendo sido batizado na cidade de Santos, Província de São Paulo, não sabia ler nem escrever.

perceber estas relações devido aos estereótipos que sexualizavam mulheres escravizadas. Pensamos, também, que a narrativa confusa, talvez seja a própria expressão da incompreensão do escrivão, agente branco de outra ordem social, em entender o que Antônio dizia quando falava sobre a dinâmica dos relacionamentos entre escravizados.

Devido a mudança da versão pelo réu, Benedito foi inquirido como informante, eis que em certo momento ele atribui o crime a Antônio, não só por “ter visto com os próprios olhos”, como porque “era o único rival de onde esperava mal, por causa da amizade que tinha com a preta Angélica, parceira do dito escravo Antônio”. E complementa na sequência das perguntas “que só afirmava ser o dito preto Antônio o autor de semelhante delito de sua espontânea vontade e por se vingar ele declarante, e da preta Angélica por não fazer caso dele”.¹² Indicando, desta forma, que Angélica e Antônio podiam ser parceiros de longa data, referindo-se um ao outro e sendo reconhecidos pelos demais desta forma. Viviam em uma relação estável, sem, contudo, privarem-se de ter outras “amizades” sexuais passageiras que prescindiam do peso de um relacionamento. Ou seja, parceiro era Antônio, amizade quem tinha era Benedito.

Como dito, o réu argumentou adiante que o culpado pelo crime era um senhor moço seu:

E porque o teu senhor moço João matou a preta Angélica e feriu o preto Benedito? Réu: Julgo que foi o meu senhor moço João que matou a minha parceira e feriu o preto Benedito, porque sendo primeiro amante amigo da mesma preta meu senhor moço Antônio, este retirou-se para a campanha e passou a ser substituído pelo meu senhor moço João e que a mesma preta andara amancebada com o dito preto Benedito, e o preto Antônio, escravo do senhor Elias.

Assim, ele livrava o escravizado Benedito para incriminar o senhor, afinal as desavenças de ambos foram resolvidas de forma particular, e esse trâmite judicial não fazia parte da resolução dos problemas dessa ordem, ou seja, do universo masculino de escravizados. A retórica bem confusa inclui vários sujeitos que sequer foram interrogados nos autos, mas sem nos debruçarmos sobre o “real” assassino, salta aos olhos que ambos depoimentos destaquem que Angélica tinha poder de “fazer caso” dos rejeitados, substituir os mancebos conforme queria e ainda assim manter uma relação de parceria estável com Antônio.¹³

Obviamente que se tratando dos senhores moços estas formas de relacionamento sexo-afetivo tomam ares perigosos para serem analisados, pois estas relações podiam se

¹² Ficamos com a impressão de que a palavra *amizade*, no vocabulário ou léxico afetivo da época, poderia ser indicativo de relacionamentos “apenas” sexuais e não parcerias mais consistentes, que pode ser invocada pela palavra *parceira(o)* neste caso.

¹³ Quando falamos em cálculos e vontades estamos abrangendo vários atenuantes que, provavelmente, deviam fazer parte dos anseios daquelas mulheres, e que podiam variar conforme cada indivíduo, obviamente. Por exemplo, vimos que para Umbelina a questão do respeito fica subentendida quando ela troca de parceiro, assumindo aqui a retórica de que escolheu alguém que “mais merecia seus afetos”, invocando um sentimento de reciprocidade. Aquelas mulheres podiam optar por não continuar a se relacionar com homens violentos, que as privavam de certas movimentações, exerciciam certo tipo de controle que as desagradava, talvez as desrespeitassem e, inevitavelmente, talvez não fizessem parte dos projetos futuros daquelas mulheres.

configurar numa das esferas de poder da família senhorial sobre as escravizadas. Conforme Stephanie Jones-Rogers (2018) os abusos sexuais podiam ter o respaldo das mulheres da casa, das mães e das esposas dos senhores, que muitas vezes despidas de qualquer forma de ciúmes, acreditavam ser uma obrigação das escravizadas deitarem-se com os senhores quando assim desejassem. Desta forma, sem que haja maiores fontes para aprofundar a argumentação preferimos não tratar desta forma de relacionamento, pois tratar abusos e estupros em um jogo de forças tão desigual como uma possível mobilidade social, estratégia para galgar uma possível liberdade, ou como uma forma de viver uma escravidão menos penosa, seria inadmissível. Em escravidão, o corpo da mulher escravizada, era percebido pelos agentes dominantes e brancos, como um corpo que *pertencia* ao senhor, de forma que o estupro e as diversas formas de violência física e sexual não eram consideradas crime.

Há que se ter muita cautela quando pensamos em relacionamentos sexo-afetivos de mulheres na escravidão com seus senhores, caso contrário podemos cair na armadilha de tratar abusos como agências, pois mesmo que negassem tais relações podiam ser punidas por isto, constantemente perdendo nesse embate. Conforme Marcus Carvalho (2003, p. 73) tornar-se amante do senhor poderia ser uma saída para a conquista da liberdade, assim “Manipular o desejo do senhor era poder”, contudo adverte “o processo não pode ser romanceado. Dificilmente, os proprietários (estupradores ou não) renunciariam a seus direitos facilmente, embora possa ter havido exceções, para confirmar as regras não escritas da vida”. Maíra Chinelatto Alves (2015, p. 156) aborda esta complexa questão sobre os relacionamentos afetivos entre senhores e suas escravas, e também ressalta que o próprio funcionamento da instituição privava mulheres escravizadas de terem proteção contra investidas indesejáveis de seus senhores, pois a escravidão “garantia aos senhores pleno poder sobre os corpos que legalmente possuíam”. Stephanie Jones-Rogers (2018) ressalta que os homens escravizados também eram “objeto de desejo” de suas senhoras e senhores e sofreram com abusos e estupros, embora menos aparentes nas fontes e na historiografia.

Enfim, o que o processo movido pela morte de Angélica nos mostra é que aquelas mulheres podiam de fato viver suas afetividades e sexualidade de forma mais autônoma, e que mesmo sendo conhecida como parceira de Antônio, era do conhecimento dele que ela se relacionava com outros homens, talvez ele tivesse outras amizades passageiras também. Mais do que pensar que fosse uma necessidade de Antônio e Angélica aceitar essa relação, que fugia das normas monogâmicas, talvez para aqueles indivíduos ter mais de um afeto podia ser aceitável e comum. O assassinato de Angélica demonstrou que por algum motivo Antônio não aceitou mais Benedito, movido pelo ciúmes ou uma rixa de ambos, por fim recebeu a punição de galés perpétua. Nesse ponto, é importante ressaltar que, em concordância com Maira Chinelatto, notamos que a busca por diversos parceiros sexuais ou afetivos era parte da reafirmação daquelas mulheres de que seus corpos e desejos lhes pertenciam e podiam escolher os parceiros que melhor lhes satisfaziam como quisessem. Desta forma, não se trata “de encarar a sexualidade de mulheres negras como exacerbada, tal como o fizeram diversos autores ao longo dos séculos XIX e XX, mas de ressaltar a liberdade defendida e desempenhada por aquelas mulheres, de fazerem com o próprio corpo o que bem queriam” (ALVES, 2015, p. 199).

Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e botequim*, ao abordar os relacionamentos afetivos de populares no Rio de Janeiro de fins do século XIX e início do XX, traz alguns argumentos interpretativos que julgamos pertinentes para entender as mulheres escravizadas.¹⁴ Segundo o autor, o fato das mulheres populares não estarem no centro do controle burguês sobre o papel feminino, dava a estas mulheres certa liberdade nos relacionamentos. Além disso, Chalhoub destaca que aquelas mulheres, por serem trabalhadoras, geralmente não dependiam financeiramente do companheiro, aliada a maior disponibilidade de homens no balanço populacional, elas podiam buscar outros relacionamentos quando fosse necessário. Um dos argumentos do autor para o rompimento de relações que não mais satisfaziam amorosamente, ou que as colocavam em situações violentas, era a busca daquelas mulheres por relacionamentos “mais simétricos”, sem as amarras dos padrões burgueses de relacionamentos. Acreditamos que, pelo caráter transitório que algumas relações tiveram, os relacionamentos podiam ser ponto de apoio importante na sobrevivência, no afeto e amor recíproco, mas que também não se sujeitariam a relacionamentos que ultrapassassem os limites por elas estabelecidos. Esta é, obviamente, uma percepção, e não anula o fato de que mulheres pobres, mesmo libertas ou escravizadas, ficaram presas em relações que não desejavam mais, por medo, pela miséria ou outros motivos.

Masculinidades negras em conflito

No dia 22 de janeiro de 1835 o português morador de Cachoeira do Sul, Joaquim Gomes Lisboa, pediu as autoridades de Cachoeira que procedessem com o auto de corpo de delito da preta Joana, que havia sido assassinada pelo preto Domingos no dia anterior, na Chácara em que viviam. Ambos eram escravizados por Lisboa.¹⁵ Quem acompanhou o desdobramento do assassinato foi a esposa de Joaquim, cujo nome não aparece nos autos. Lisboa encontrava-se ausente da propriedade, lidando com negócios no centro da vila, de forma que quem assumiu o controle da propriedade foi a senhora. As testemunhas disseram que o crime “tão atroz” de Domingos contra Joana tinha como único “intento violentá-la e por isso depois de morta cortou-lhe as partes pudendas”. No auto de corpo e delito feito pelo cirurgião José Francisco Alves Malveiro, foi verificado que o corpo de Joana continha vários ferimentos, mas a causa morte foi atribuída as profundas lesões que recebeu na cabeça. Desta forma, o médico não considerou pertinente relatar com detalhe as demais contusões, que diziam as testemunhas terem sido feitas depois de Joana já estar morta. As testemunhas também disseram que Joana, em estado catatônico e sem sentidos, parou de respirar apenas na madrugada do dia seguinte. Os depoimentos de José Domingues da Silva¹⁶ e de Nicolau Antônio¹⁷ foram

¹⁴ Segundo o autor haviam três fatos que eram fundamentais e determinavam o ato de amar daquelas pessoas, dentre os quais a presença e interferência da família na vida do casal, já que muitos acabavam por habitar na mesma residência em função da pauperidade dos meios de vida e habitação; o fato de que a mulher geralmente desenvolvia atividades remuneradas que lhe dava certa independência em relação ao parceiro; e o desequilíbrio de sexo sendo os homens mais numerosos no contexto do autor.

¹⁵ APERS. Processo crime. N 2895; M 2; E 56.

¹⁶ Homem de cor parda, solteiro, natural do distrito desta Vila, liberto, não sabe sua idade mas aparentava ter quarenta anos, residente neste distrito, vivia de ser Campeiro.

¹⁷ De nação Guarani, não sabia a idade mas aparentava ter mais de 21 anos, solteiro, natural do Povo de São Borja, profissão campeiro.

os mais completos em descrever o estado em que o corpo de Joana fora encontrado e na acusação do autor do crime, o primeiro disse que:

[...] a senhora da escrava, a qual pedindo a todos que pudessem acudir, foi então com outros ele testemunha e achou na fonte a dita preta Joana, **deitada com as saias levantadas, as partes pudendas cortadas, picadas e cheias de terra que a tinham [socado], com um corte de machado na cabeça no lado direito, estando quase morta, sem fala, e nessa noite ao amanhecer morreu sem ter falado, estando pejada**, que ele testemunha, na sua consciência, foi perpetrado este crime pelo preto Domingos, escravo do dito Lisboa por que era o único de quem se poderia desconfiar, tanto **porque andava inimizado com a preta por não querer anuir o seu intento**, como porquê era a única pessoa que estava no Capão junto a lavagem e que vindo depois do assassino se dar parte deste, fugiu sem motivo agindo assim por ser o único que então estava fora de casa de machado e porque consta o motivo da morte foi violentar a dita preta. [grifos nossos]

O depoimento de Nicolau Antônio acrescenta que, além de ter as partes íntimas mutiladas, Joana estava “com um pau de mais de palmo introduzido nas mesmas partes” e que:

[...] ele testemunha está convencido em sua consciência que foi o dito preto Domingos quem fez a morte, porque nesse dia nem um andava de machado a não ser ele Domingos, o qual logo feito o assassinato fugiu para a Serra, levando o machado consigo, **e por que este preto vivia inimizado com a preta por ela não anuir o seu intento** e consta tê-la matado violentando-a, por ela não querer servi-lo em atos venéreos.

O corpo foi encontrado por Bernardo, escravizado por Manoel Florino, que aparentemente estava trabalhando como jornaleiro naquele dia, bem como outros homens livres, indígenas e libertos que faziam os serviços de carpintaria ou de campeiro na propriedade, demonstrando a circulação e convivência destes sujeitos de diferentes extratos sociais. O juiz julgou procedente a acusação e o júri deliberou Domingos como culpado, expediu-se mandato de captura do réu, que até o final do processo não foi encontrado.

O que nos chama atenção neste caso, que parece não ter sido um crime “comum” de homicídio contra uma mulher negra, tão pouco um “crime passional”, foi a forma como o corpo de Joana foi encontrado, em que as partes que denotavam símbolos do corpo feminino foram violados e violentados. O elemento “inimizado” nos remete aos diversos relatos de amizades acima abordados que parecem ter conotação amorosa. Se andavam inimizados pode ser que tivessem um tipo de “amizade”, em um relacionamento, encerrado por Joana que não queria mais “anuir aos intentos” de Domingos. O corpo desconfigurado e morto, trazia no ventre uma criança, por isso Domingos fora incurso além do código do artigo 192, o artigo 200 pelo aborto provocado em Joana. Esse é, sem dúvida, um caso complexo de ser analisado, nosso objetivo é entender o “gatilho” para violências desse tipo, como o gênero entrava na equação e quais significados que o ataque as partes femininas podiam ter.

Haviam pessoas cuja prática de atos violentos podiam ser mais tolerados ou justificado que outros, como é o caso dos crimes em defesa da honra masculina em casos

de traição, sobretudo quando estes indivíduos eram socialmente brancos. O que, contudo, chama atenção no caso acima apresentado, para além do homicídio ou da causa atribuída ao mesmo, é a exposição de tal violência que parece ter chocado até mesmo as testemunhas. O corpo mutilado de Joana é revelado como alvo de uma violência ligada diretamente ao seu gênero. É importante entender a expressão desta violência, onde Joana e seu corpo representam uma das arenas de disputa, luta e resistência de gênero, raça e condição, sendo também o alvo de ataques devido aos mencionados marcadores. Desta forma, o crime cometido por Domingos reflete a violência que cercava sujeitos escravizados, e que recaía de maneira diferenciada sobre as mulheres, cujos corpos, eram vistos como mercadoria – sobretudo por olhares brancos e escravistas – e como objeto de satisfação sexual, de apaziguamento de tensões na senzala e violação por aqueles que detinham a posse legal de seus corpos.

Existe uma frase que se repetiu entre as testemunhas, a de que Domingos praticou tal crime com o único intuito de violentar Joana, o que desencadeou esta ação, contudo, foi a negativa da escravizada ao que chamaram de “anuir aos intentos de Domingos” e “servi-lo em atos venéreos”. Não sabemos que tipo de relacionamento ambos tinham, tão pouco se o filho que Joana esperava era de Domingos, porém, adotando a versão das testemunhas, Domingos parece ter recebido a negativa sexual de Joana, ao que respondeu com o homicídio e violência sobre partes femininas do seu corpo. Tal ato, pode ser entendido como uma resposta em defesa da sua prerrogativa masculina, de que aquela que era alvo de seus desejos não poderia o negar. A recusa, entendida como incapacidade de Domingos na concretização (efetivação) da virilidade dele esperada, foi “resolvida” com a subjugação do que de mais simbólico do feminino Joana podia carregar no seu corpo: a mutilação genital, violação da vagina e o filho que carregava no ventre. O falo como símbolo dessa masculinidade e virilidade pode ser visto através do pedaço de madeira que Domingos introduziu na vagina de Joana, num ato extremamente simbólico, da imposição do masculino sobre o feminino e demarcação de “propriedade” perante os demais companheiros homens. Daniel dos Santos relata que a força física e o desempenho sexual do homem escravizado poderia ser (2014, p. 13):

[...] uma maneira de exercer certo grau de poder como uma “válvula de escape” de sua condição de impotência, subordinação e dependência do senhor branco. No sistema ideológico patriarcal, o falo é o símbolo mais forte e representativo do homem, sendo este o determinante e articulador das hierarquias e relações de poder. O tamanho e a proporção dos órgãos sexuais masculinos nesse sistema são espécies de metáforas relacionadas ao potencial sexual do homem: quanto maior o pênis, mais erótico, lascivo, libidinoso e poderoso sexualmente ele será.

O pedaço de pau talvez fosse a expressão desse poder, quase uma metáfora ou sinal de afirmação sobre quem era o dominante e o dominado naquela relação. Buscamos compreender como Domingos, enquanto escravizado, expressou essa relação de poder a partir do gênero, sobre uma companheira de mesma condição, em uma sociedade escravista. Isso nos leva a discutir que apesar de ocupar o mesmo lugar como escravizados, a distinção entre ambos ia além da raça e da condição. Domingos continuava a ser homem em uma sociedade patriarcal – ainda que seja necessário discutir como este homem era visto e podia exercer este papel dentro das limitações que o racismo coloca –, mas sem querer determinar esse lugar de opressor e dominado,

vamos refletir como eram formadas as masculinidades de homens atravessados pela escravidão, e quais aspectos permeavam essa masculinidade. Ressaltamos, contudo, que o aspecto violento advindo da abordagem dizem respeito a fonte que utilizamos, em que buscamos entender o impacto da violência do patriarcado na reprodução dos papéis de gênero naquele período.

Nesse sentido, vamos abordar o trabalho de Adriana Dantas Reis para pensar o que a autora compreende por papéis de gênero na escravidão. Segundo ela “no contexto da escravidão, o escravo é explicitamente o símbolo do feminino. Ele é emasculado, desvirilizado e submetido, como o feminino, ao poder do senhor, seja ele homem ou mulher” (REIS, 2010, p. 74). Para a autora homens e mulheres escravizados estariam ambos submetidos ao mesmo poder do senhor, os tornando igualmente símbolo do feminino. O homem, contudo, era emasculado, não dispunha de bens materiais significativos (na maioria das vezes), não era provedor, nem tinha a autonomia, que o definiria como homem naquela sociedade.¹⁸ A autora apresenta um importante estudo sobre as relações sexuais no Brasil Colonial, tendo como principal aporte teórico o gênero (sobretudo das análises de Joan Scott) mas pensado dentro da lógica da escravidão. Contudo, discordamos de suas conclusões no que tange o homem escravizado, quando a autora acrescenta ainda que (2010, p. 79):

O poder do senhor, homem ou mulher, deveria ser mantido simbolicamente como viril por excelência, enquanto o escravo seria a representação da inferioridade feminina. **Por isso, ao liberto caberia o desafio de tornar-se “homem”, com tudo que isso simbolizava e esse talvez fosse o ponto mais alto a ser atingido na busca pela liberdade entre os homens egressos da escravidão.** As mulheres não mudam de *status*, são consideradas mulheres sejam escravas ou libertas, mesmo tornando-se proprietárias, presume-se que permanecessem sem acesso a poderes, não eram ameaças. Por isso, é possível que os homens carregassem mais ambiguidades do que as mulheres, porque eram homens, mas eles deveriam permanecer sem poder, a manutenção dessa ambiguidade era o foco das relações na escravidão. Talvez por isso, as hierarquias entre as identidades étnicas fossem mais fortes entre os homens escravos ou libertos do que entre as mulheres. [grifo nosso]

Assim, para a autora o “tornar-se” homem estaria ligado a assumir atributos de masculinidade, como por exemplo, ser livre, proprietários de terras ou de outrem, proteção da honra, e etc., atributos que não poderiam ser competidos por homens escravizados, já que precisariam ser donos de si primeiramente. Ser homem, portanto, era ter o comando ou a posição de poder, do contrário tornar-se-ia “mulher”. Por adotar a interseccionalidade como aporte teórico, tendemos a pensar os indivíduos sempre em sua interação, e não de forma isolada. Adotamos, também, a ideia de que a masculinidade, e os homens, não podem ser essencializados, pelo contrário, adotamos a ideia de masculinidades no plural, ou seja, diferentes formas de ser homem e expressar essa masculinidade, que se dava, sobretudo, de forma relacional, e era construída de acordo com o contexto. O homem que não tivesse os atributos “dominantes” da

¹⁸ Nos referimentos aqui a ideia de papel masculino no patriarcado que o colocava como indivíduo provedor, o patriarca de uma propriedade e família.

masculinidade não se tornaria mulher, mas sim um homem cuja masculinidade era subalternizada naquele contexto. O que a autora percebe como uma emasculação do homem escravizado, nós entendemos como uma subalternidade se pensada a partir desta masculinidade idealizada, branca e ocidental.

bell hooks em “Olhares negros: raça e representação” aborda a questão da masculinidade negra, ela reflete sobre como essa masculinidade é vivenciada na atualidade, mas problematiza suas raízes no passado escravista, e suas considerações vão nos ajudar a aquecer nosso debate sobre emasculação. A autora fala sobre a existência de um ideal normativo de masculinidade patriarcal, que coloca as mulheres sobre o controle masculino. Essa versão ideal, contudo, não exclui outras formas de masculinidade, inclusive a autora ressalta que existem outras formas de expressar, e coloca como desafio aos homens negros uma masculinidade que leve em consideração as críticas feministas sobre as opressões machistas entre homens e mulheres negros. A autora que escreve muito a partir de sua vivência diz o seguinte quando foi confrontada com a teoria da emasculação (2019, p. 173-174):

Quando deixei nossa comunidade segregada no sul e fui para uma universidade predominantemente branca, os professores e estudantes que conheci não sabiam nada sobre a vida dos homens negros. Aprendendo sobre o mito do matriarcado e a ideia de que, para a cultura branca, os homens negros eram emasculados, fiquei chocada. Essas teorias não falavam do mundo que eu conhecia intimamente, não abordavam a complexidade dos papéis de gênero que eram tão familiares para mim. Muitas das obras acadêmicas sobre masculinidade negra que eram apresentadas na sala de aula se baseavam em material reunido em estudos sobre a vida dos negros nas cidades. Esses livros transmitiam a mensagem de que a masculinidade negra era homogênea. Sugeriam que todos os homens negros eram atormentados por sua inabilidade de realizar o ideal falocêntrico masculino do modo como foi articulado pelo patriarcado supremacista branco capitalista.

Essa passagem já traz várias questões complexas que podem nos ajudar a compreender nosso contexto. Destacamos, por exemplo, que pensar sobre uma ótica de emasculação dos homens negros, por não se enquadrarem no ideal patriarcal, faz com que tenhamos uma visão incompleta de como esses indivíduos viam a si mesmos e interagiam com os seus. Além disso, esta visão pode tornar homogeneizantes as formas de ser homem e a expressão da masculinidade, tornando melindrosa a complexidade das relações de gênero que poderiam emergir das comunidades negras, sobretudo num cenário onde haviam tantos indivíduos plurais como era a Cachoeira do Sul no século XIX, com africanos escravizados e libertos, seus descendentes, indígenas, europeus e nacionais, das mais diversas cores, expressões culturais e classes hierárquicas. Ademais, quando a autora traz a ideia de um tormento matriarcal e a inabilidade de um ideal falocêntrico ela está se referindo a outras formas de organização familiar e comunitária que fogem dos padrões normativos. Em relação a estes escritos da literatura que a autora se referia, que pretendiam descrever homens negros como eternos buscadores dessa masculinidade patriarcal, e como incapazes e portanto portadores de características violentas, hiperssexualizadas e perigosos, a autora diz o seguinte (hooks, 2019, p. 174):

Ela [a bibliografia] não questiona a construção da masculinidade patriarcal, ou em qual medida os homens negros historicamente internalizaram essa norma. Nunca pressupõe a existência de homens negros cuja iniciativa criativa lhes permitiu subverter as normas e desenvolver formas de pensar sobre a masculinidade que desafiam o patriarcado.

Assim, hooks logo ressalta uma agência negra que desafia o patriarcado, que vive o gênero de forma distinta, sem desconsiderar que haviam formas de internalizar essa normatividade e que podiam se expressar de formas, inclusive, violentas com as companheiras, como talvez tenha sido o caso de Domingos. Mas, reforçamos algo dito no início deste texto, estamos utilizando como exemplo para abordar o tema um processo criminal, tal fonte pode sobrepor o caráter violento de diversas formas de relacionamento. É de suma importância que o leitor saiba que casos de violência que, como este, fazem parte da constituição das sociedades hierarquizadas pelo gênero, raça e condição. Mulheres e homens escravizados estabeleceram relações de amor e respeito, naquilo que hooks chamou de “iniciativa criativa” na subversão das normas patriarcais.

Retomando a problemática da emasculação, podemos compreender que talvez existisse um tipo de “expectativa” pela visão senhorial quanto a feminilização do escravizado por não cumprir o papel esperado de um homem no século XIX, mas não concordamos que isso o colocava numa mesma hierarquia que as mulheres, tão pouco que sua luta após a liberdade seria “tornar-se homem”. Até mesmo porque, a feminilidade era igualmente construída e colocava experiências diferentes quanto as práticas de mulheres brancas, negras, indígenas, pobres e trabalhadoras. Marcus J. M. de Carvalho inicia o artigo anteriormente citado “De portas adentro...”, dizendo que: “Regra geral, qualquer que fosse sua classe, uma mulher estava abaixo de todos os homens da mesma condição” (2003, p. 43). Posteriormente o autor argumenta, com base em outros trabalhos sobre o gênero na escravidão, que homens escravizados podiam ser emasculados ao serem submetidos a dupla exploração do trabalho forçado e do trabalho considerado feminino (2003, p. 47). Entendemos, portanto, que o ser emasculado pelo sistema escravista ainda não o colocava em pé de igualdade com as mulheres da mesma condição.¹⁹ Por outro lado, Angela Davis problematiza a visão de que as mulheres eram “obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão ‘masculino’ quanto seus companheiros [...] e nesse processo, adquirindo características consideradas tabus pela ideologia da feminilidade do século XIX” (2016, p. 23-24). A autora também entende que dentro do âmbito familiar, dividindo as tarefas domésticas cuja distinção não era feita por sexo, homens e mulheres escravizados viviam em situação de igualdade. Portanto, a interpretação de que a escravidão podia aproximar homens de uma emasculação ou as mulheres de uma masculinização são visões que cabem na problematização e interpretação de cada realidade, perspectiva teórica e concepção de cada autor, que neste momento estamos incluindo no debate deste artigo.

¹⁹ O autor, trabalha com a ideia de Orlando Patterson de castração, partindo de uma ideia de submissão dupla do escravizado e exercendo trabalhos tidos como femininos. Em Angela Davis (2016) percebemos que são as mulheres escravizadas as masculinizadas por desempenharem atividades tão pesadas quanto a dos homens, onde viajantes ressaltavam as características físicas daquelas mulheres as aproximando de um corpo masculinizado. Entendemos, portanto, que são problematizações diferentes, mas que precisam ser incorporadas no debate.

Se incluirmos as feminilidades e as masculinidades negras a partir de uma perspectiva da diáspora, o discurso torna-se ainda mais denso. Inclusive Adriana Reis chega a introduzir o tema a partir do pensamento Yorubá, que hierarquiza sujeitos pela geração e não pelo gênero. Contudo, no Brasil, acreditamos que o gênero constituiu uma das esferas de poder, mas não maior nem menor que a raça ou a classe jurídica, porque era na interação destes indivíduos com as esferas de poder que a interseccionalidade agia, intensificando determinados eixos de opressão de acordo com os agentes envolvidos. Robert W. Connell e James W. Messerschmidt adotam uma perspectiva interseccional para se pensar masculinidades, além de abordar as críticas feitas ao conceito de masculinidade hegemônica, para os autores é impossível de se descrever o homem hegemonicamente masculino, assim “É desejável eliminar qualquer uso da masculinidade hegemônica como fixa, como um modelo trans-histórico. Esse uso viola a historicidade do gênero e ignora a evidência massiva das transformações nas definições sociais da masculinidade” (2013, p. 252).²⁰

Acreditamos que pode-se pensar em masculinidades “subalternizadas” quando homens escravizados estavam agindo e interagindo com e perante a percepção do mundo branco livre, cujo ideal de masculinidade era outro dos encontrados nas complexas relações de gênero das comunidades negras, mas não em homens emasculados, pois entendemos que desta forma se anula a percepção que o indivíduo tinha de si mesmo, e se adota uma ótica a partir da perspectiva senhorial dos e para os escravizados. Pensamos que para compreender nosso contexto seja necessário assumir que existia um conjunto de valores que eram essencialmente ligado aos homens, valorizados pela sociedade, e que estavam ligados ao papel de gênero do indivíduo numa hierarquia social. A violência expressa por homens escravizados às suas companheiras de escravidão ou nos relacionamentos sexo-afetivos pode ser um indicativo de busca desse ideal ou fuga da subalternidade. Ou seja, tal como bell hook, entendemos que dentro de um sistema patriarcal os indivíduos podiam internalizar as opressões relativas ao gênero, o que não significa que não existiram formas distintas de viver as relações familiares e amorosas, dentro da escravidão. O homem escravizado, portanto, poderia estar emasculado, mas apenas pela perspectiva do senhor ou senhora, se formos adotar esta visão. Contudo, se formos adotar uma análise que priorize a percepção dos escravizados sobre si mesmos e sobre sua realidade não podemos considerar que viam-se como emasculados, ou pelos companheiros e companheiras afetivos, de labuta e convivência. Defendemos que a melhor forma de entender esses homens escravizados seja pensar que a masculinidade, além de ser plural, era construída na diáspora, adotando ares de resistência, reelaboração de valores e adoção de novos.

²⁰ A masculinidade ideal pode ser identificável por algumas características, como ser branco, heterossexual, ocidental e rico. Mas de forma alguma podem ser fixas, e devem ser levadas em consideração o contexto temporal e geográfico em que se encontram. Ver: CONRADO, RIBEIRO, 2017; RIBEIRO, 2015.

Considerações finais

Elione Guimarães é autora de um dos primeiros estudos a abordar crimes envolvendo escravizados que tinham relacionamentos afetivos, em seu estudo a historiadora diz que (2006, p. 196):

Os crimes passionais entre cativos, no município de Juiz de Fora, estavam relacionados à afetividade, ou melhor, à quebra desta afetividade por uma das partes envolvidas; na defesa da preservação do parceiro sexual/afetivo; pela honra ou orgulho ferido. Nos casos utilizados, muitas vezes os agressores, assim como as vítimas, eram casados e enraizados. A minha leitura das fontes analisadas aponta que os cativos eram seres humanos dotados de sentimentos de afetividade e que haviam incorporado, não obstante a preservação de laços culturais africanos, valores da civilização branca europeia dominante.

Ou seja, além da construção de laços afetivos que tinham regras construídas dentro da comunidade escravizada, a expectativa de controle da companheira, ou de exercer certo poder patriarcal naquela relação poderia estar presente, afinal eram valores que podiam ser “incorporados”. Neste artigo, buscamos demonstrar o peso do patriarcado sobre indivíduos que eram marcados pela mesma condição jurídica, desta forma estas pessoas poderiam internalizar e reproduzir lógicas de dominação e opressão relativas ao gênero, naquela que era uma sociedade fundada no trabalho compulsório de homens e mulher, mas cuja exploração dos corpos femininos negros se dava de forma diferente. Maria Odila Dias apontou em capítulo publicado em 2013, que mulheres escravizadas casadas, lidavam com um segundo poder patriarcal sobre elas, o de seus maridos, este é um aspecto que não conseguimos incorporar na análise, e que deve compor as pesquisas futuras sobre o tema, pois ainda é pouco explorado essas relações de poder dentro das próprias famílias escravizadas. Sandra Graham em *Caetana diz não* igualmente traz esta problemática, o tio de Caetana era o representante patriarcal e masculino dentro daquela família, ao qual se devia respeito as ordens.

A ideia de que homens negros pudessem assumir o discurso, e além disso a lógica, de um poder patriarcal, ajuda a explicar em parte a violência exercida sobre corpos femininos de igual condição. A chamada “Lei do branco”, que submetia pela violência homens e mulheres escravizados, também submetia através da violência direcionada à mulheres, como os estupros. Contudo, não era “apenas” a dominação econômica, nesse caso, que permitia essas formas de violência, mas o contexto em que se encontravam estes sujeitos, marcados pelo gênero, raça e condição jurídica. É, ainda, Angela Davis que nos fornece outra importante problematização sobre o estupro praticado por homens cuja classe ou etnia não lhes confere o lugar hegemônico de poder (2016, p. 202):

Homens da classe trabalhadora, seja qual for sua etnia, podem ser motivados a estuprar pela crença de que sua masculinidade lhes concede o privilégio de dominar as mulheres. Assim, como eles não possuem a autoridade social ou econômica – exceto quando um homem branco estupra uma mulher de minorias étnicas – que garanta imunidade a processos judiciais, o incentivo não é nem de perto tão poderoso quanto o é para os homens da classe capitalista. Quando homens da classe trabalhadora aceitam o convite ao estupro que lhes é estendido pela

ideologia da supremacia masculina, eles estão aceitando um suborno, uma compensação ilusória à sua falta de poder.

A questão econômica está, em Davis, essencialmente ligada ao sexismo e o racismo, retroalimentando um ao outro na exploração de pessoas negras, especialmente mulheres. Embora calcada em uma análise sobre o presente, recuperada ao longo do texto desde o período da escravidão, a autora coloca o estupro como uma ilusão de homens subalternizados recuperarem o poder que a supremacia masculina lhes conferia. Entendemos que os atos de violência acima expostos, são expressões dessa masculinidade ferida, onde a expectativa de que o poder masculino fosse respeitado encontrou recurso na violência contra a parceira.

Tentamos ao longo deste texto chamar atenção para a análise de que as formas de viver a afetividade na escravidão podiam ser diversas, mas que sobretudo mulheres escravizadas e libertas eram ativas na tentativa de manutenção de suas autonomias individuais, agregando valores de gênero diferentes entre mulheres de outras classes e cores. A vida em liberdade tinha como uma de suas dimensões manter conquistas básicas da experiência da escravidão, dentre elas o direito a mobilidade e a escolha de seus parceiros.

Referências

ARIZA, Marília. *Mães infames, rebentos venturosos: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)*. 2017. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *"José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina": Relações de gênero e violência e afetivo-sexual no Sul do Brasil. (RS, 1889-1930)*. 2015. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BARRANTES, Maribel Arrelucea. Isabel, Manuela, Juana, María, Plácida... Mujeres afrodescendientes y vidas cotidianas en Lima a finales del siglo XVIII. In: GUTIÉRREZ, María Elisa Velázquez; UNDURRUAGA, Carolina González. *Mujeres africanas y afrodescendientes: experiencias de esclavitud y libertad en América Latina y África. Siglos XVI al XIX*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2016. p. 59 – 98.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero. Projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870 – 1889)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

CARVALHO, M. J. M. De portas a dentro e de portas fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-Ásia (UFBA)*, Salvador-BA, v. 1, n.30, p. 41-78, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. *Se perdeu na tradução?* Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo. Jan/jun. V.5, n.1. 2017.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica. Repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 424, jan./abr. 2013.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Revista de Estudos Feministas*, v. 25, p. 73-97, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Revista Estudos Feministas*. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS, Juliana Barreto. Sob o governo das mulheres: casamento e divórcio entre africanas e africanos minas no Rio de Janeiro do século XIX. In: FARIAS, Juliana Barreto; XAVIER, Giovana; GOMES, Flávio (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, p. 112-133.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Violência entre parceiros de cativo*: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Fabep, Annablume, 2006.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINKY Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 119-139.

HAACK, Marina Camilo. **“A suplicante apesar de ser uma mísera preta forra tem contudo coração de mãe”**: a experiência da maternidade entre escravizadas e libertas em Cachoeira do Sul, século XIX. In: 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2019, Florianópolis - SC.

HAACK, Marina Camilo. *Maternidade e escravidão*: disputas, agências e experiências. In: 30º Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil, 2019. v. 30.

_____. *Sobre silhuetas negras*: Experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850 - 1888). 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo.

_____; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Entrou a lhe seduzir dizendo que ela era liberta no batismo”: A jornada da cabra/parda Matildes em defesa de seus direitos (1829, Cachoeira, RS). In: CESAR, Tiago da Silva; OLMO, Pedro Oliver; BRETAS, Marcos. (Org.). *Polícia, Justiça e Prisões*: Estudos Históricos. 1ed. Curitiba: Appris, 2019, v., p. 182-213.

hooks, bell. *Mulheres negras*: moldado a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

hooks, bell. *Olhares negros*: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

JONES-ROGERS, Stephanie. Rethinking Sexual Violence and the Marketplace of Slavery: White Women, the Slave Market, and Enslaved People's Sexualized Bodies in the Nineteenth-Century South. IN: BERRY, Daina Ramey; HARRIS, Leslie M. *Sexuality and Slavery. Reclaiming Intimate Histories in the Americas*. University of Georgia Press. Edição do Kindle. 2018.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998

LIVESEY, Andrea. Conceived in violence: enslaved mothers and children born of rape in nineteenth-century Louisiana, *Slavery & Abolition*, 38:2, 373-391, 2017.

MACHADO, Maria Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, 42 (2010), 157-193.

_____. Entre Dois Beneditos: Histórias de amas de leite no Ocaso da Escravidão. In: Giovana Xavier; Juliana Barreto de Farias; Flávio Gomes. (Orgs). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

_____. Escravizadas, Libertas e Libertandas: Qual liberdade? In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão dos. (Org.). *Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, Estados Unidos e Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018a, p. 327-377.

_____. Mulher, Corpo e Maternidade. In: Lilia Schwarcz; Flávio Gomes. (Org.). *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.

MOREIRA, Paulo R. Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre, 1858-1888*. Porto Alegre, EST, 2003.

PERUSSATTO, Melina K. *Como se de ventre livre nascesse*. Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão. Rio Pardo/RS. 1860-1888. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2010.

PUREZA, Fernando Cauduro. Cruzando olhares: estabelecendo diálogos entre E.P. Thompson e Angela Davis. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 11, 2019.

REIS, Adriana Dantas. *As mulheres negras por cima*. O caso de Luzia Jeje. Escravidão, família e mobilidade social - Bahia, c. 1780 - c. 1830. Tese de doutorado. Niterói, PPGH/Universidade Federal Fluminense, 2010.

_____. Gênero: uma categoria útil para a história da escravidão no Brasil. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, Aracaju, V.6, N.2, p. 11 – 28, Out. 2017.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homens negros, Negro homem: sob a perspectiva do feminismo negro. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, v. 2, p. 52, 2015.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição*. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

SANTOS, Daniel dos. Ogó: encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica. *Universitas Humanas, Brasília*, v. 11, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2014.

SANTOS, Martha S. “Slave Mothers”, Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil. *Tempo (Niterói, online)*, Vol. 22 n. 41. p.467-487, set-dez. 2016.

SANTOS, Bruna Letícia de O. Racialização e significados da construção de gênero em recortes de trajetórias. Mulheres escravizadas na posição de vítimas ou rés. In: *ANPUH-BRASIL – 30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019.

OLIVEIRA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. 2017. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SÔNEGO, Aline. “Sob a condição que continue em nossa companhia”: as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município Rio-grandense (Cachoeira 1871/1889). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

SOUSA, Caroline Passarini. A libertação do ventre escravo no Brasil: legislatura, gênero e maternidade no declínio da escravidão. In: *9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2019, Florianópolis - SC.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.

_____. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

WEST, Emily; SHEARER, Erin. Fertility control, shared nurturing, and dual exploitation: the lives of enslaved mothers in the antebellum United States, *Women's History Review*, 2017.

WISSENBACH, Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas – Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção no Rio de Janeiro do século XIX. In: FARIAS, Juliana Barreto; XAVIER, Giovana; GOMES, Flávio (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, p. 77-81.